

PERFIL, PERSPECTIVAS E DESAFIOS DOS(AS) EGRESSOS(AS) DOS CURSOS DE GESTÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFPR - SETOR LITORAL

PROFILE, PERSPECTIVES AND CHALLENGES OF THE GRADUATES FROM THE PUBLIC MANAGEMENT AND PUBLIC ADMINISTRATION COURSES OF UFPR - SETOR LITORAL

Clovis Wanzinack¹
Daniela Resende Archanjo²

RESUMO

Este estudo empreendeu descrever e refletir sobre o perfil, perspectivas e desafios dos(as) egressos(as) dos cursos de Gestão Pública e Administração Pública da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral. A metodologia da pesquisa possui caráter quantitativo e qualitativo de análise descritiva, empregada por meio de um questionário online aplicado entre agosto e dezembro de 2020. Dos(as) 107 acadêmicos(as) formados(as) entre 2012 e 2019, foram obtidas 73 respostas, o que corresponde a 68,2% dos(as) egressos(as) no período. Como principais resultados, temos: idade predominantemente jovem no momento da conclusão, entre 21 e 30 anos, com 61,7%; no quesito gênero, maioria formada por mulheres, com 65,8%; importância ao acesso da Bolsa Permanência no decorrer do curso, sendo utilizada por 52% dos acadêmicos(as); aumento na inserção do mundo do trabalho em 47,7%; e aumento na renda salarial, sendo que, em algumas faixas salariais proporcionais, chega a ser acima de 400%. A intenção foi conhecer e compreender o perfil, suas perspectivas e quais desafios que o(a) egresso(a) percorre podem fornecer ferramentas importantes para construção e elaboração de planos pedagógicos mais voltados à realidade local em que os(as) acadêmicos(as) se inserem.

Palavras-chave: Administração Pública. Gestão Pública. Universidade. Educação. Avaliação.

ABSTRACT

This study attempted to describe and reflect on the profile, perspectives and challenges of the graduates of the Public Management and Public Administration courses at the Federal University of Paraná - Setor Litoral. The research methodology has a quantitative and qualitative character of descriptive analysis through an online questionnaire applied between August and December 2020. Of the 107 academics graduated between 2012 and 2019, 73 responses were obtained, which corresponds to 68,2% of the graduates in the period. The main results are: predominantly young age at the time of completion, between 21 and 30, with 61,7%; in terms of gender, the majority was formed by women, with 61,7%; importance of access to the scholarship for permanence during the course being used by 52% of the academics; 47,7% increase in the insertion of the world of work; increase in wage income and in some proportional wage ranges reaching over 400%. Knowing and understanding the profile, its perceptions and what challenges the egress person may provide important tools for the construction and elaboration of pedagogical plans more focused on the local reality in which the students are inserted.

Keywords: Public Administration. Public Management. University. Education. Evaluation.

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, (2018). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, (2011). Graduado em Administração com ênfase em Informática pela Sociedade Paranaense de Ensino e Informática - SPEI, (2005). Atualmente professor Adjunto II do curso de graduação em Administração Pública da Universidade Federal do Paraná e Vice Coordenador do Curso.

² Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1998), mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2003), especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (2005) e doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (2008). Professora do curso de graduação em Administração Pública da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.

1 INTRODUÇÃO

Em 2004, cientes dos baixos Índices de Desenvolvimento Humano na região do litoral do Paraná e das lacunas existentes na área da educação de Nível Superior na região, os gestores da UFPR, impulsionados pela Política Nacional de Expansão e Interiorização da Rede Federal de Ensino Superior, decidiram criar um campus no município de Matinhos, município localizado a 120km da capital do estado do Paraná, Curitiba (WANZINACK; SIGNORELLI, 2014).

Até aquele momento, a região do litoral do estado não possuía nenhuma universidade, apenas algumas faculdades isoladas, com pouca oferta de cursos de graduação e de pós-graduação. Embora o litoral do Paraná tenha sido a primeira região do Estado a ser colonizada, a região “é marcada por uma série de problemas de gestão do desenvolvimento e da conservação, com graves conflitos fundiários, conflitos entre atividades econômicas, e entre práticas humanas e proteção ambiental” (ANDRIGUETTO FILHO; MARCHIORO, 2002, p. 159). Desacreditada historicamente e com sérios problemas econômicos, sociais e ambientais, a região carecia de investimentos.

Em 2007, o campus de Matinhos foi alçado à Setor, Setor Litoral, tendo passado a ser conhecido como UFPR Litoral. Em seu Projeto Político Pedagógico, a UFPR Litoral ressalta como desafio imposto às universidades, sobretudo às públicas, exercer o seu papel social, fomentando a produção de conhecimentos que, em diálogo com saberes já constituídos, seja capaz de interferir na realidade social e econômica na qual se insere. Assim, a UFPR se instalou no litoral não somente com o objetivo de oferecer cursos para uma população menos favorecida e excluída socialmente, mas, sobretudo, para ser um agente potencializador de desenvolvimento na região (UFPR SETOR LITORAL, 2008).

a universidade como instituição pública e gratuita, tem em seu bojo o compromisso e o dever de empreender suas forças e esforços, descobertas e serviços, na direção da transformação das condições de vida da população brasileira. Evidentemente, não se trata de uma tarefa salvacionista, mas da assunção de sua vocação política e científica na perspectiva de apontar caminhos e possibilidades, para, juntamente com a sociedade desenvolver ações e novas reflexões (UFPR SETOR LITORAL, 2008, p. 9).

Com o intuito de contribuir com os objetivos do Setor Litoral, em 2008 foi criado o curso de Gestão Pública.

O curso de Gestão Pública nasce e se fortalece calcado no reconhecimento de que as atuais condições de vida – desemprego e desigualdade, degradação e riscos ambientais, padrões insustentáveis de consumo, entre outras – colocam diversos desafios e impõem a necessidade de buscar e implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento no litoral do Paraná em suas múltiplas dimensões: econômica, social, ambiental, cultural, política e institucional (UFPR SETOR LITORAL, 2014, p. 5).

Com a primeira turma ingressando em agosto de 2008, o curso de Gestão Pública formou, até o final de 2019, 82 bacharéis em Gestão Pública. Em 2015, o curso passou por uma reforma curricular importante, que o adequou às Diretrizes Curriculares Nacionais da Administração Pública (Resolução MEC/CNE/CES 01/2014) (BRASIL, 2014). Participando fortemente das discussões que constituem o chamado Campo de Públicas, – campo interdisciplinar formado por coordenadores, professores e estudantes de cursos que se reúnem para debater os desafios de formar quadros habilitados para enfrentar as transformações da esfera pública no Brasil, tendo como valores norteadores o *ethos* republicano e democrático e como proposta de construção do conhecimento a visão multidisciplinar (HOROCHOVSKI *et al.*, 2012; PIRES *et al.*, 2014) – em 2017, o curso de Gestão Pública foi descontinuado na UFPR Litoral e foi aberto o curso de Administração Pública. Dos 112 estudantes matriculados em 2017 no curso de Gestão Pública, 74 migraram para o curso de Administração Pública, que teve sua primeira turma ingressando em agosto de 2017 e, até o final de 2019, formou 25 bacharéis.

Tal qual o curso de Gestão Pública, o curso de Administração Pública se mantém comprometido com os objetivos e compromissos sociais expostos no Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral.

Nessa perspectiva, considerando os propósitos presentes no Projeto da UFPR Litoral, bem como nos projetos dos cursos de Gestão Pública e de Administração Pública, no sentido de transformar a realidade social da região, promovendo mudanças na vida das pessoas, a começar pelos(as) próprios(as) estudantes, com reflexos sobre a administração pública. A presente pesquisa tem como objetivo produzir elementos que auxiliem na reflexão sobre o quanto os cursos de Gestão e Administração Pública da UFPR Litoral vêm conseguindo avançar nesse sentido, servindo as informações e dados coletados como instrumentos para os planejamentos estratégico e pedagógico do curso.

Cumprir registrar que o acompanhamento dos(as) egressos(as) da UFPR é alvo de atenção de comissões específicas de acompanhamento e, na UFPR Litoral, um grupo de pesquisa vem se dedicando a fazer esse acompanhamento de todos os cursos do Setor. Contudo, infelizmente, o esforço em obter a participação resta muitas vezes frustrado, havendo poucos

respondentes. Por essa razão, o curso de Administração Pública decidiu ir buscar as respostas de forma mais ativa, tentando contato por diferentes meios e de forma insistente, a fim de levantar o perfil, as perspectivas e os desafios dos(as) egressos(as) dos cursos de Gestão Pública e Administração Pública da UFPR Litoral.

2 METODOLOGIA

Com enfoque misto, combinando a análise quantitativa e qualitativa das informações e dados obtidos, a pesquisa, de caráter descritivo, baseada em levantamento de campo, baseou-se nas respostas dadas ao questionário online enviado aos formados(as) em Gestão Pública e Administração Pública entre 2012 e 2019 na UFPR Litoral.

Como as informações de contato guardadas pelos cursos estavam em muitos casos desatualizadas, dada a frequente alteração de e-mails e números de telefone, foi feita uma ampla busca em redes sociais, como Instagram, Facebook e LinkedIn. Além disso, foi estabelecida uma rede de contatos, na qual os(as) próprios(as) egressos(as) atualizavam os dados de contato de seus ex-colegas, facilitando o alcance de um maior número de participantes. Como era esperado, a dificuldade foi maior para contactar os(as) acadêmicos(as) formados(as) há mais tempo.

Dentre as hipóteses para a não participação de alguns(as) egressos(as) na pesquisa, é possível elencar: não acesso ou troca de e-mail; questionário enviado diretamente para a caixa de spam; falta de acesso à internet; troca de número de telefone ou cancelamento de número; e falta de interesse ou de disponibilidade para participar. Como as respostas foram anônimas, a fim de garantir uma participação mais livre, não foi possível mapear as ausências.

O questionário foi aplicado entre agosto e dezembro de 2020. Do total de 107 acadêmicos(as) formados(as) entre 2012 e 2019 nos cursos de Gestão e Administração Pública, 73 responderam, o que corresponde a 68,2% do total de egressos(as) no período.

O questionário era composto por 33 questões, sendo 4 abertas e 29 de múltipla escolha. A primeira questão contemplava a declaração de compreensão do propósito da pesquisa e dos benefícios da participação, seguida da concordância em participar.

Para a análise das questões abertas, foi utilizado o programa NVIVO, software próprio para auxiliar na análise de dados qualitativos e mistos, permitindo o uso de diversas funcionalidades, como formação de nuvem de palavras. Em relação às questões fechadas, a

discussão foi feita a partir da estatística descritiva das respostas dadas pelos(as) participantes da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PERFIL

A idade dos(as) acadêmicos(as) formados(as) até 2019 variou de 21 a 66 anos. A maior parte, 61,7% (45), formou-se mais jovem, com idade entre 21 e 30 anos. Cerca de 30% (22) se formou com idade entre 31 e 40 anos, e pouco mais de 8% (6) entre 41 e 66 anos. Os dados mostram que 19,2% (14) entraram na universidade com mais de 30 anos de idade, o que aponta para a capacidade da UFPR Litoral de atender a uma demanda possivelmente represada em função da escassez de alternativas de ensino superior público e gratuito na região. O Setor Litoral fica a 120km de Curitiba, capital do Estado, onde sempre esteve concentrada a oferta de vagas da UFPR.

Em relação ao gênero, dos 107 formados em Gestão Pública e Administração Pública na UFPR Litoral no período estudado, 62,6% (67) são mulheres e 37,4% (40) são homens. Essa relação de proporcionalidade praticamente se manteve em relação aos participantes da pesquisa. Do total de 73 egressos que responderam ao questionário, 65,8% (48) são mulheres e 34,2% (25) são homens.

Nota-se que o percentual de mulheres formadas é 67,4% maior que o de homens. Tal dado vai ao encontro dos registrados no relatório *Education at a Glance* (2019), divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com o relatório, 25% das mulheres brasileiras entre 25 e 34 anos têm ensino superior, enquanto 18% dos homens o têm. Segundo o relatório, comparadas aos homens do país, as mulheres brasileiras têm 34% maior probabilidade de concluir o ensino superior (OECD, 2019).

Cumprir registrar que, embora o relatório demonstre que a taxa de sucesso de mulheres em relação à finalização do ensino universitário seja superior à dos homens, as mulheres continuam tendo mais dificuldade para ingressar no mercado de trabalho e, quando ingressam, recebem salários mais baixos do que os dos homens (MADALOZZO; ARTES, 2017; OECD, 2019; PASCHOALINO *et al.*, 2017).

Em relação à raça/etnia, os resultados demonstram que os(as) acadêmicos(as) formados(as) em Gestão Pública e Administração Pública na UFPR Litoral são em sua maioria brancos(as), correspondendo a 71,2% (52) dos(as) participantes da pesquisa, enquanto 24,7% (18) são pardos(as), 2,7% (2) são pretos(as) e 1,4% (1) é amarelo.

O perfil dos(as) egressos(as) se aproxima, em proporção, ao perfil de cor/raça da população da região. De acordo com Censo Demográfico do IBGE (2010), o perfil de cor/raça da população matinhense é de 68% de brancos, 27,9% de pardos, 2,9% de pretos, 0,4% de indígenas e 0,7% de amarelos (IPARDES, 2021).

Os dados apontam que os cursos de Gestão Pública e Administração Pública conseguiram superar a expectativa criada pela lei n. 12.711/2012, que determina que 50% das vagas de ingresso na universidade sejam reservadas a acadêmicos(as) oriundos de ensino fundamental e médio em escolas públicas, devendo as vagas ser oferecidas a pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da federação onde está instalada a instituição. A superação dos mínimos legais de inclusão se mantém mesmo quando se considera a média do perfil de cor/raça do Censo Demográfico do IBGE (2010) dos sete municípios do litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), visto que a UFPR Litoral se propõe a atuar sobre toda a região. Considerando os sete municípios, tem-se que 65,6% da população é branca, 30,8% parda, 2,7% preta, 0,2% indígena e 0,6% amarela (IPARDES, 2021).

3.2 PERSPECTIVAS

Com a finalidade de compreender melhor a trajetória do(a) acadêmico(a) e sua perspectiva na escolha da UFPR Litoral e do curso de Gestão Pública e Administração Pública, foi feita a seguinte pergunta aberta: “O que te motivou a prestar vestibular para o curso de Administração Pública/Gestão Pública?”.

As respostas foram compiladas no software NVIVO, tendo sido criada a nuvem de palavras representada na figura a seguir. (Figura 1).

também podem limitar a permanência nas universidades, mesmo daqueles(as) que residem na região. Segundo levantamento das matrículas referente ao ano de 2019, cerca de 95,4% dos(as) acadêmicos(as) matriculados(as) residem no litoral do Paraná. As políticas de permanência parecem ter sido decisivas para que os(as) participantes da pesquisa tenham chegado à formatura. Dentre os(as) egressos(as) que participaram da pesquisa, 52% (38) receberam, por algum período, algum tipo de bolsa ou auxílio durante a graduação. Na UFPR Litoral existe uma unidade multiprofissional – Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários (SEPOL) – responsável por desenvolver, acompanhar e assessorar programas e ações de apoio aos discentes.

A palavra “curso” aparece próxima à palavra “grade” (em segundo plano). O resultado sugere que o desenho curricular diferenciado dos cursos de Gestão/Administração Pública foi reconhecido e valorizado pelos(as) egressos(as) quando escolheram seus cursos. O desenho curricular permite que o(a) acadêmico(a) construa o conhecimento, de forma integrada e interdisciplinar. Além dos fundamentos teórico-práticos, que contemplam os conteúdos específicos de cada curso, o(a) acadêmico(a) organiza o seu cotidiano tendo espaços semanais obrigatórios para as Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e para dedicar-se ao Projeto de Aprendizagem (PA). Por meio de encontros que ocorrem semanalmente, integrando acadêmicos(as) dos diferentes cursos, as ICH constituem-se em espaço de aprendizagem interdisciplinar que possibilita a articulação de diversos saberes (científicos, culturais, populares e pessoais) e busca um olhar mais amplo para a problemática cultural e humanística contemporânea. No espaço de PA, os(as) acadêmicos(as) têm mais autonomia para trilharem os seus caminhos de aprendizagem a partir do estudo de temáticas ligadas à sua área de formação (SETOR LITORAL, 2008).

As palavras “público”, “área pública”, “profissional”, também em destaque na nuvem de palavras, indicam que a procura pelos cursos de Gestão Pública e Administração Pública é motivada pelo desejo de obter formação profissional para atuação na área pública. Os empregos na Administração Pública correspondem a quase 26% dos empregos em Matinhos, ficando atrás apenas dos setores de serviços (36%) e de comércio (30%) (IPARDES, 2021). Essa é a realidade de todos os municípios da região. Com exceção de Pontal do Paraná, no qual a Administração Pública é o quarto setor que mais emprega, nos demais municípios a Administração Pública está na segunda ou na terceira posição, atrás de serviços e comércio.

Dentre os(as) 73 participantes da pesquisa, quase 30% (20) já trabalhavam na área pública quando estavam fazendo o curso. A perspectiva de se profissionalizar para trabalhar na

área pública se concretizou para quase 50% (35) dos(as) egressos(as), incluindo os que continuaram e os que começaram a trabalhar na área depois de formados(as).

A pesquisa mostra que a empregabilidade aumentou após a formatura, independentemente da área de atuação. Antes de entrar na universidade, 54,8% (40) acadêmicos(as) estavam trabalhando e, após a conclusão do curso, 80,8% (59) estavam inseridos no mercado de trabalho. Os(as) desempregados(as) correspondem a 16,4% (12) e 2,8% (2) relataram não estar trabalhando por opção própria. Embora o questionário tenha sido aplicado durante a pandemia causada pela covid-19, que, de acordo com pesquisa realizada pelo IBGE, potencializou o problema do desemprego no país, não foi levantada a relação entre o desemprego dos(as) egressos(as) da UFPR Litoral e a pandemia. Segundo dados da Pnad Covid, do IBGE – Desemprego, no terceiro trimestre de 2020, o Brasil tinha uma taxa de desemprego de 13,1% ou seja 14,1 milhões de pessoas desempregadas (IBGE-DESEMPREGO, 2020).

A pesquisa levantou a alteração na renda dos indivíduos após a conclusão do curso. Conforme mostra a tabela 1, comparando os salários de antes com os de após a formatura, há uma variação positiva. De fato, “a ideia de que maiores níveis de escolaridade se relacionam a maiores salários é um conceito já bem consolidado na literatura econômica” (PRITCHETT apud ROCHA *et al.*, 2017, p. 40).

A maioria dos trabalhos sobre os efeitos da escolaridade são focados em educação básica ou escolaridade média da população. Barbosa Filho e Pessoa (2008) realizam um esforço na linha da estimação da taxa interna de retorno da educação no Brasil por etapas de ensino. Eles também encontram taxas de retorno altas para todas as etapas, sugerindo que a escassez relativa de capital humano continua existindo. Embora não tenha a maior taxa de retorno (por conta dos elevados custos), o ensino superior é a etapa com os maiores prêmios para os concluintes (ROCHA *et al.*, 2017, p. 44-45).

A tabela 1 mostra a variação da porcentagem de renda de antes do ingresso e após egresso dos(as) acadêmicos(as) considerando o período antes de entrar na universidade e após a formatura. A pesquisa aponta para um aumento significativo na renda dos(as) formados(as).

Tabela 1 – Renda antes e após formado em Gestão/Administração Pública

Renda*	Antes		Após		Varição
	N=73	%	N=73	%	%**
Nenhuma Renda	24	32,9	8	10,9	-66,9
Até 1 salário-mínimo (Até R\$1.045)	26	35,6	11	15,1	-57,6
De 1 a 3 salários-mínimos (De R\$1.046 até R\$3.135,00)	20	27,4	37	50,7	85,0
De 3 a 5 salários-mínimos (De R\$3.136,00 até R\$5.225,00)	2	2,7	10	13,7	407,4
De 5 a 7 salários-mínimos (De R\$5.226,00 até R\$7.315,00)	1	1,4	4	5,5	292,9
De 7 a 10 salários-mínimos (De R\$7.316 até R\$10.450,00)	0	0,0	3	4,1	410,0

* Valor do salário-mínimo em agosto/2020.

Fonte: autor e autora (2020).

Vê-se uma diminuição no número de acadêmicos(as) que não tinham renda, correspondendo a -66,9%, e daqueles que recebiam até um salário-mínimo, correspondendo a uma variação de -57,6%. Por outro lado, nota-se um aumento em outras faixas salariais, como: de 1 a 3 salários-mínimos, com aumento de 85,0%; de 3 a 5 salários-mínimos, com aumento de 407,4%; de 5 a 7 salários-mínimos, com aumento de 292,9%; de 7 a 10 salários-mínimos, com aumento de 410%.

De acordo com uma pesquisa realizada em outubro e novembro de 2020 pelo Sindicato de Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), “os alunos egressos têm um aumento de renda mensal da ordem de 182%, levando em conta aquele que já trabalhavam durante a graduação” (SEMESP; SINDICATO DE MANTENEDORAS DOS ESTABELECEMENTOS DE ENSINO SUPERIOR, 2020).

Malgrado à impossibilidade de se estabelecer relação de causalidade entre as variáveis, devido à possível presença de fatores externos, não há como negar que os(as) egressos(as) dos cursos de Gestão Pública e Administração Pública da UFPR Litoral tiveram incremento salarial após se formarem. Outra pergunta efetuada foi se o(a) egresso(a) recebeu algum tipo de promoção, evolução de salário ou mudança de setor dentro da organização em que atua após concluir o curso. Cerca de 26,0% (19) responderam positivamente, o que aponta para a importância da conclusão do curso para a ascensão profissional desses indivíduos.

Destaca-se que foge ao escopo do presente artigo discutir os retornos sociais da escolaridade, para além dos retornos individuais, mas cumpre pontuar que

investimentos em educação podem gerar uma série de externalidades positivas além dos efeitos sobre salário e produtividade. Diversos estudos apontam que maior escolaridade está correlacionada com redução da criminalidade (Lochner e Moretti, 2001), redução das taxas de fecundidade, melhoria de condições de saúde (Grossman, 2006), aumento de consciência política (Glaeser, Ponzetto e Shleiffer, 2006) e redução das distâncias sociais entre indivíduos (Gradstein e Justman, 2002). Dessa forma, os retornos sociais da educação transcenderiam os individuais, observados no mercado de trabalho (ROCHA *et al.*, 2017, p. 43).

3.3 DESAFIOS

Perguntados sobre quais foram as maiores dificuldades encontradas depois da formatura em relação ao mercado de trabalho, as respostas que mais apareceram foram associadas à

dificuldade para aprovação em concurso público, em função da concorrência, e à falta de experiência profissional. Respondendo de forma aberta, os(as) participantes escreveram de diferentes formas os desafios e dificuldades encontrados após a formatura. As respostas similares foram agrupadas, chegando-se ao resultado apresentado na tabela 2.

Tabela 2 – Quais foram as maiores dificuldades encontradas no mercado de trabalho, depois de formado(a)?

Dificuldades encontradas no mercado de trabalho	N=73	%
Dificuldades pela grande concorrência para passar em concursos públicos	26	35,6
Falta de experiência profissional	23	31,5
Não procurei emprego	12	16,4
Falta de conhecimento em relação ao mercado de trabalho	7	9,6
Não tive dificuldade	7	9,6
Falta de disponibilidade de empregos na área	5	6,8
Alta concorrência na área almejada	5	6,8
Falta de conhecimento de outros idiomas	3	4,1
Falta de conhecimento teórico	2	2,7
Covid 19	1	1,4

Fonte: autor e autora (2020).

Como se viu anteriormente, na figura 1, destaca-se como razão para a escolha do curso de Gestão Pública e Administração Pública o desejo de atuar na área pública. Considerando que a principal forma de entrada no setor público é por meio de concurso público, é coerente que muitos egressos(as) elenquem a não aprovação em concursos como dificuldade relacionada à atuação profissional após a formatura. A grande concorrência, que, muitas vezes, impacta a aprovação nos concursos, decorre, também, da escassez de vagas e concursos. De acordo com a Pnad Covid, do IBGE – Desemprego, a pandemia causada pela covid-19 reduziu a abertura de concursos públicos em 2020 (IBGE-DESEMPREGO, 2020).

É interessante perceber que, quando perguntados sobre como percebem sua aptidão para aplicar as competências e habilidades estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais como pertinentes aos formados em Administração Pública, a maior parte dos(as) egressos(as) se sente parcialmente apto. Embora a falta de experiência profissional se destaque como fator que dificulta a entrada no mercado de trabalho (conforme tabela 2), os(as) egressos(as), de um modo geral, sentem-se aptos ou parcialmente aptos para aplicar os conhecimentos que adquiriram durante a graduação. É pequeno o percentual dos que não se sentem aptos, conforme se depreende da tabela 3.

Tabela 3 – Com base nas competências e habilidades estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública e Gestão Pública, você se considera apto(a):

Você se considera apto(a):	Não apto	Parcialmente apto	Plenamente apto
Reconhecer problemas, elaborar soluções, pensar estrategicamente, a fim de exercer a tomada de decisão.	2,7	52,1	45,2
Desenvolver uma comunicação compatível com o exercício profissional.	2,7	52,1	45,2
Refletir e atuar criticamente sobre o campo da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva.	8,2	46,6	45,2
Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas.	12,3	53,4	34,3
Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional.	4,1	32,9	63,0
Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos e experiências para o ambiente de trabalho e seu campo de atuação, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se um profissional adaptável.	4,1	49,3	46,6
Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicas e operacionais.	16,5	57,5	26,0

Fonte: autor e autora (2020).

A última questão foi deixada em aberto para que os(as) acadêmicos(as) pudessem fazer comentários e sugestões com a finalidade de um refinamento em relação ao curso.

Figura 2 – Sugestões/comentários que, em seu julgamento, possam vir a aprimorar o curso de Administração Pública na UFPR – Setor Litoral

de mulheres no ensino superior. No entanto, a luta pela valorização da mulher no campo de trabalho e salários iguais apontados em diversas pesquisas de gênero ainda é campo de batalha nas áreas de gestão pública. A intenção desta pesquisa, nesse momento, não era de gerar uma análise/debate entre gênero, egressos(as) e renda, porém, no decorrer da análise dos dados, viu-se a grande importância desse debate, no qual será objeto de socialização dos resultados em artigos futuros.

A pesquisa também pode comprovar que não basta somente ter o acesso às universidades e a continuidade e ampliação de políticas públicas em programas que envolvem questões relacionadas a bolsas-permanência para acadêmicos(as), mas que deve ser de conhecimento e alcance de todos(as) que dela necessita. A pesquisa revelou que cerca de 52% dos(as) entrevistados(as) utilizaram de algum apoio financeiro da universidade para permanecer e concluir estudos, o qual sem os programas seria luta muito árdua e podendo ocorrer o trancamento ou até mesmo o cancelamento do curso, excluindo totalmente a oportunidade da formação em um curso de nível superior.

Os dados apontam que os cursos de Gestão Pública e Administração Pública conseguiram superar a expectativa criada pela lei n. 12.711/2012, que determina que 50% das vagas sejam para acadêmicos(as) oriundos de ensino em escolas públicas, e oferecendo vagas específicas a pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas. Dessa forma, há mais oportunidade de inserção na universidade e reduz-se o abismo das desigualdades sociais existente no Litoral do Paraná.

A pesquisa demonstra que a empregabilidade referente ao curso de Gestão Pública e Administração Pública aumentou em mais de 47% após a conclusão do curso, independentemente da área de atuação, ou seja, a conclusão do curso fez e continua fazendo diferença na vida das pessoas e da própria região litorânea do Paraná, contribuindo para o desenvolvimento regional. Pode ser percebido nas respostas aplicadas que 95,9% dos(as) entrevistados confirmam que o curso de alguma forma contribuiu para seu desenvolvimento profissional e que 91,8% para seu desenvolvimento pessoal.

O processo de ouvir os(as) acadêmicos(as) já formados(as) é de extrema importância para a universidade para os gestores(as) do curso e para região em que estão inseridos. Por meio desse processo, é possível mensurar o impacto que a formação de nível superior faz não somente as pessoas, mas, certamente, ao local que se estabelece perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDRIGUETTO FILHO, J. M. M.; MARCHIORO, N. P. X. Diagnóstico e problemática para a pesquisa. *In*: RAYNAUT, C. *et al.* (eds.). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 159-194.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. **Resolução n. 1, de 13 de Janeiro de 20**. Ministério da Educação, 2014.
- HOROCHOVSKI, R. R. *et al.* Bacharelado em Gestão Pública da UFPR: Uma contribuição ao desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná. **Temas de Administração Pública**, v. 3, n. 6, p. 1-22, 2012.
- IBGE-DESEMPREGO. **IBGE - Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- IPARDES. **CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE MATINHOS**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83260&btOk=ok>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- MADALOZZO, R.; ARTES, R. Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 202-221, 2017.
- OECD. **Education at a Glance 2019 - OECD INDICATORS**. Paris: OECD Publishing, 2019.
- PASCHOALINO, P. A. T. *et al.* Discriminação de gênero no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o ano 2015. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 48, p. 43-54, 2017.
- PIRES, V. *et al.* Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.
- UFPR SETOR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral**. Universidade Federal do Paraná, 2014.
- UFPR SETOR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral**. Universidade Federal do Paraná, p. 1-57, 2008.
- ROCHA, R. H. *et al.* A relação entre o ensino superior público e privado: a renda e emprego nos municípios brasileiros. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 47, n. 3, p. 1-32, 2017.
- SEMESP; SINDICATO DE MANTENEDORAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR. Diploma de ensino superior aumenta renda em 182%, mostra pesquisa. **Agência Brasil**, c2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-12/diploma-de-ensino-superior->

aumenta-renda-em-182-mostra-pesquisa. Acesso em: 2 fev. 2021.

WANZINACK, C.; SIGNORELLI, M. C. Expansão do ensino superior federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, p. 286-307, 2014.